

Fernando Henrique reage à nota de juizes e defende MPs

Presidente diz que "justiça tem independência para julgar assim como governo tem meios para recorrer"

TÂNIA MONTEIRO

BRASÍLIA — O presidente Fernando Henrique Cardoso reagiu ontem à nota em que a Associação de Juizes Federais do Brasil contestou a edição da medidas provisórias nº 1.570, que proíbe a concessão da tutela antecipada e de liminares contra as pessoas jurídicas de direito público, e nº 1.561, que restabelece a obrigatoriedade de revisão das sentenças pro-

feridas contra autarquias e fundações.

"A justiça tem total independência para julgar, assim como o Executivo tem meios jurídicos para recorrer dessas decisões quando considerar que são procedentes", declarou o presidente, segundo seu porta-voz, Sérgio Amaral. A declaração foi uma referência ao trecho final da nota, no qual os juizes afirmam que seu compromisso é "com a Nação e com a ordem jurídica", dando a entender que vão continuar tomando suas decisões independentemente da MP 1.570.

Fernando Henrique observou ainda, segundo o porta-voz, que a decisão da Justiça em Porto Alegre que suspende a instalação do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam) ilustra a necessidade da existência da MP da tutela antecipada. Na quarta-feira, o juiz Edgard Antônio Lippmann Júnior explicou que tomou a decisão diante do risco de possíveis irregularidades durante a licitação para o Sivam, capazes de provocar "dano irreparável à União".

O presidente Fernando Henrique argumenta que o governo precisa de instrumentos jurídicos para suspender decisões que são tomadas sem julgamento de mérito e possam ter graves consequências para o País — e isso, no entender do presidente, estaria ocorrendo com a interrupção do Sivam.